



SIPIESP

O JORNAL

Sindicato dos
Investigadores de Polícia
do Estado de São Paulo
OUTUBRO/2026 ANO XXII ED.125



ELEIÇÕES SINDICAIS

Após acordo homologado pela Justiça, novo edital estabelece prazo para inscrição de chapas e votação em novembro.

CONFIRA TAMBÉM:

PCSP dá posse a 1.413 novos investigadores; turma é a maior da história da carreira

» Diretoria Executiva	
Presidente	Paulo Augusto Ribeiro Morato Erica
Vice-presidente	
Ildete Santos	
Secretário Geral	
Joraci de Campos	
Secretário Geral Adjunto	
Agnaldo Gonzaga da Silva	
Dir. Financeiro	
Jailton Correia da Silva	
Dir. Jurídico	
Adilson Ferreira da Silva	
Dir. de Patrimônio	
João Carlos Pavão de Paiva	
Dir. de Patrimônio Adjunto	
Clodoaldo Luis Ferreira	
Dir. Social	
Rafael Carvalho de Paula	
Dir. Social Adjunto	
Fabio Tadeu Campos	
Dir. de Esportes, Lazer e Cultura	
Alcyr Souza Reis Junior	
Dir. de Esportes, Lazer e Cultura Adjunto	
Claudio Cesar da Silva Santos	
Dir. do Interior	
Luis Henrique Nogueira Monteiro	
Dir. do Interior Adjunto	
Reinaldo Farias de Assis	
Dir. de Aposentados e Pensionistas	
Álvaro José Val Giriolli	
Dir. de Aposentados e Pensionistas Adjunto	
Flávio de Castro	
» Conselho Fiscal	
Presidente	Paulo Sérgio Kotzent
1º Vice Presidente	
Luis Miguel Kudlovics	
2º Vice Presidente	
João Sampaio Lopes	
Secretário	
Marco Antônio Cecoti dos Santos	
1º Secretário Adjunto	
Rosalvo Francisco Machado dos Santos	
» Membros Suplentes	
Presidente	José Maria Bicudo Serra
1º Vice Presidente	
Rerolde Alexandre Soares Rodrigues	
2º Vice Presidente	
Flávio de Araújo	
Secretário	
Marcos Antônio Gonçalves Passos	
1º Secretário Adjunto	
Paulo Rogério Pereira Neme	

Jornalista responsável: Nelson Ciolli - Mtb: 12.511
Redação e imprensa: Jessamy Kisberi - Mtb: 62.778/SP

JORNAL DO SIPESP
Tiragem: 1.200 exemplares

palavra do PRESIDENTE

O PESO DA PRESIDÊNCIA À FRENTE DE UM DOS MAIORES SINDICATOS DE POLÍCIA DE SÃO PAULO

Assumir a presidência do Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo (SIPESP) é, antes de tudo, compreender a dimensão da responsabilidade que recai sobre quem representa uma das carreiras mais essenciais para o funcionamento da segurança pública paulista. Não se trata apenas de ocupar um cargo — trata-se de assumir um compromisso diário com cada investigador que está nas delegacias, nas ruas, nos plantões, nos setores de inteligência e em todas as frentes onde a Polícia Civil se faz presente.

Vivemos um período decisivo. O Estado discute a modernização da Polícia Civil, a elaboração da Lei Orgânica, as formas de reestruturação das carreiras e o futuro de milhares de homens e mulheres que dedicam suas vidas ao serviço público. Ser presidente do SIPESP nesse momento significa estar na linha de frente desse debate, com firmeza, preparo e responsabilidade institucional.

Significa também enfrentar pressões políticas, divergências internas, disputas de narrativas e interesses externos que, muitas vezes, não representam a realidade da nossa base. Cabe a nós garantir que nenhuma decisão seja tomada sem considerar o impacto direto sobre a carreira de investigador. Minha função é proteger, com absoluta lealdade, a nossa categoria de riscos que possam comprometer direitos, salários, atribuições e a dignidade do nosso trabalho.

Ao assumir este cargo, renovo meu compromisso de fortalecer a presença do SIPESP nas mesas de negociação, ampliando a representatividade da carreira e garantindo que a voz do investigador seja ouvida. Entendo que a postura do sindicato deve ser técnica, transparente e dialogada — mas também firme quando necessário. Não abriremos mão de princípios, nem permitiremos retrocessos.

Para o futuro, estabeleço três prioridades claras:

1. Modernização da carreira e valorização real do investigador: a modernização deve ser construída com responsabilidade, respeitando os limites jurídicos e orçamentários, e principalmente protegendo quem já

está na ativa. Defendo uma carreira fortalecida, com atribuições claras, remuneração justa e condições de trabalho adequadas.

2. Proximidade com a base e comunicação direta.

O sindicato precisa estar onde o investigador está: nas delegacias, nos plantões, nos eventos, nas reuniões e nas lutas. Vamos ampliar ainda mais o diálogo direto, ouvir demandas, esclarecer dúvidas e trazer a categoria para o centro das decisões.

3. Defesa institucional com independência e coragem.

O SIPESP tem lado: o lado do investigador. Nossa atuação continuará pautada pela ética, pelo equilíbrio e pela defesa dos interesses da categoria — sem interferência política, sem oportunismo e sem acordos que fragilizem nossa carreira.

Assumir a presidência do SIPESP é assumir a missão de proteger o presente e preparar o futuro da carreira de investigador de polícia. É honrar nossa história, enfrentar nossos desafios com maturidade e construir, junto com cada colega, uma Polícia Civil mais forte, valorizada e respeitada.

Seguiremos firmes, unidos e vigilantes.

O trabalho está apenas começando.



Paulo Erica

Presidente do SIPESP

SINDICALIZAÇÃO QUE FORTALECE A CATEGORIA E CUIDA DE VOCÊ!

Ser sindicalizado ao SIPESP é fortalecer a defesa dos direitos dos investigadores de polícia e contar com serviços que fazem diferença na vida profissional e pessoal. Além da representação sindical, os associados têm acesso a atendimentos gratuitos e a uma rede de convênios voltada à saúde, educação, lazer e bem-estar.

Confira os principais serviços gratuitos:

- **Clínico geral:** atendimento médico para cuidado e acompanhamento da saúde.
- **Assistência jurídica:** orientação especializada sobre questões funcionais e profissionais, com suporte para medidas administrativas e judiciais.
- **Atendimento psicológico:** acolhimento, escuta e apoio para enfrentar os desafios da rotina.
- **Massagens terapêuticas:** sessões voltadas ao relaxamento e ao bem-estar.
- **Atendimento psiquiátrico:** cuidado especializado em saúde mental, também contemplando dependentes, conforme as condições do serviço.
- **Odontologia:** atendimento para associados e dependentes, com procedimentos como limpeza, aplicação de flúor, restaurações e extrações, conforme avaliação profissional. Alguns tratamentos específicos são particulares.

O lazer também faz parte dos benefícios de ser sindicalizado. O SIPESP conta com a Colônia de Férias de Praia Grande e o Rancho de Promissão, opções para descansar e aproveitar momentos especiais com a família.

Os associados podem consultar as condições de hospedagem e parti-

-cipar das campanhas de reservas e sorteios promovidas pelo Sindicato, incluindo oportunidades de estadia gratuita para os sorteados, conforme as regras de cada período.

CONVÊNIOS E PARCERIAS PARA APROVEITAR

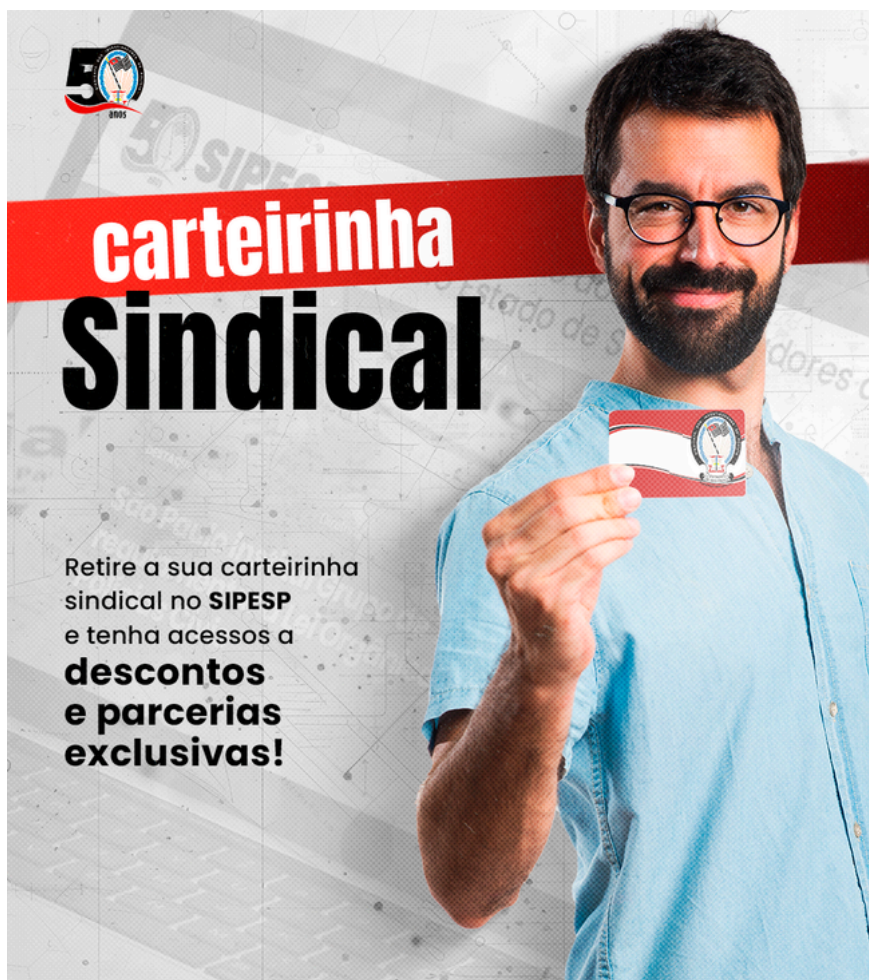
Na educação, o SIPESP divulga parcerias com instituições como São Judas, Anhembi Morumbi, Mackenzie, UNIP, FMU e Uninove, ampliando as possibilidades de formação e qualificação com condições diferenciadas.

Para os momentos de descanso e diversão, as publicações do Sindicato também apresentam ofertas para Cinemark, Hopi Hari, Wet'n Wild, Aquário de São Paulo e atrações teatrais, conforme as campanhas e a disponibilidade de ingressos.

Outra facilidade é o aplicativo SIPESP+, que reúne carteirinha digital, notícias, comunicados e uma área exclusiva de benefícios para sindicalizados. Pela plataforma, é possível acessar cupons e vantagens em segmentos como farmácias, escolas, alimentação, veículos e atendimentos especializados.

Para agendar os atendimentos, consultar as condições dos convênios ou saber como se filiar, entre em contato com a secretaria pelo WhatsApp (11) 96250-9815. A extensão dos benefícios aos dependentes varia conforme o serviço; consulte a disponibilidade, as regras e os valores vigentes antes de utilizar.

Faça parte do SIPESP. Sua participação fortalece a categoria e aproxima você de uma rede de apoio e cuidado.



50 anos

carteirinha Sindical

Retire a sua carteirinha sindical no **SIPESP** e tenha acessos a **descontos e parcerias exclusivas!**

Ser sindicalizado ao SIPESP já traz inúmeras vantagens, mas ter a sua carteirinha sindical garante ainda mais benefícios exclusivos! Com ela, você tem acesso a descontos especiais e convênios exclusivos com diversos parceiros, desde planos de saúde e odontológicos até instituições de ensino, academias, clubes, lazer e muito mais.

Além disso, a carteirinha sindical:

- Comprova sua filiação ao SIPESP, fortalecendo sua representatividade dentro da categoria.
- Facilita o acesso a benefícios oferecidos pelo sindicato
- Ajuda na identificação em eventos, assembleias e atividades exclusivas para sindicalizados.
- Contribui para o fortalecimento do SIPESP na luta pelos direitos e valorização da carreira dos investigadores de polícia.

Não perca tempo! Solicite já a sua carteirinha e aproveite tudo o que o SIPESP tem a oferecer para você. Para isso, compareça à sede do SIPESP de segunda a sexta, das 9h às 17h30 com uma foto 3x4 e o RS.

Para mais informações, entre em contato com o sindicato pelos telefones (11) 3229-0430 / 3326-8307 / 3326-8308, WhatsApp: (11) 96250-9815 ou pelo e-mail sipesp@sipesp.org.br.

ELEIÇÕES DO SIPESP: ENTENDA O PROCESSO E CONFIRA O NOVO CALENDÁRIO

Após a análise das chapas inscritas no primeiro edital e um acordo homologado pela Justiça, o Sindicato reabriu o processo eleitoral para a gestão 2026–2030. A votação está prevista para 10 de novembro.

SIPESP

O JORNAL

ELEIÇÕES SINDICAIS 2026-2030

PRÓXIMAS DATAS

15

OUT

ENCERRAMENTO DAS INSCRIÇÕES DE CHAPAS

Até as 17h

10

NOV

VOTAÇÃO PRESENCIAL

Das 9h às 17h

12

NOV

RECEBIMENTO DE VOTOS ENVIADOS PELOS CORREIOS

Até 12 de novembro

13

NOV

APURAÇÃO

13 de novembro

17

NOV

POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL

17 de novembro

Editais e orientações: sipesp.org.br

Calendário previsto no edital de reabertura de 15/09/2026



O processo de escolha da próxima Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do SIPESP teve início em maio de 2026, com a publicação do primeiro edital eleitoral. Na ocasião, o período de inscrição de chapas foi fixado entre 1º e 8 de junho, e a escolha dos representantes estava prevista para 29 de julho. O edital estabelecia votação caso mais de uma chapa fosse regularmente homologada e aclamação em assembleia na hipótese de chapa única.

Durante a análise das candidaturas, a Comissão Eleitoral impugnou a chapa Renovação, Transparência e Respeito e homologou a chapa Renovação SIPESP. Pedidos de reconsideração foram examinados em reunião realizada em 2 de julho, quando a Comissão manteve as decisões anteriores. Com apenas uma chapa homologada naquele momento, o Sindicato convocou assembleia de aclamação para 29 de julho.

Os desdobramentos do processo foram submetidos à Justiça do Trabalho. Em audiência realizada em 3 de setembro, as partes chegaram a um acordo, homologado pela 35ª Vara do Trabalho de São Paulo, para a realização de um novo pleito. Em comunicado aos associados, o SIPESP afirmou que o acordo não correspondeu a um julgamento de mérito que declarasse ilegais os atos praticados anteriormente pela entidade.

O edital de reabertura foi publicado em 15 de setembro (confira documento completo na página 5).

O documento divulga o novo prazo para inscrição de chapas, até as 17h de 15 de outubro, e manteve a Comissão Eleitoral originalmente constituída para conduzir a análise das candidaturas e as demais etapas do processo.

Conforme o documento, chapas que apresentaram documentação no período anterior poderão reaproveitá-la, desde que a retirem e a reapresentem formalmente dentro do novo prazo. O protocolo anterior, sozinho, não equivale à inscrição na etapa reaberta.

Os pedidos de inscrição devem ser entregues presencialmente na secretaria do SIPESP, na Avenida Cásper Líbero, 58, 7º andar, Centro de São Paulo, em dias úteis, das 9h às 17h. Cabe à Comissão Eleitoral examinar a documentação e decidir sobre a homologação das chapas, conforme o Estatuto e o edital.

O edital prevê assembleia de aclamação em 10 de novembro caso apenas uma chapa seja regularmente inscrita e homologada. Segundo comunicado do SIPESP, o acordo também prevê acompanhamento do Ministério Público na eleição e na apuração.

A reabertura oferece aos associados um novo calendário para acompanhar as inscrições, conhecer as chapas habilitadas e participar da escolha da gestão que representará os investigadores de polícia no mandato 2026–2030.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E REABERTURA DO PROCESSO ELEITORAL

O Presidente da Diretoria Executiva do SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – SIPESP, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, especialmente pelo art. 17, inciso I, alínea “b”, c.c. os arts. 51 a 63, e em estrito cumprimento ao acordo judicial homologado na audiência realizada em 3 de setembro de 2026, perante a MM. 35ª Vara do Trabalho de São Paulo, nos autos da Reclamação Trabalhista nº 1001179-54.2026.5.02.0035, CONVOCA os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários e declara REABERTO O PROCESSO ELEITORAL destinado à escolha dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Entidade para o mandato estatutário 2026–2030, segundo as disposições seguintes. 1. DO CALENDÁRIO JUDICIALMENTE FIXADO A votação presencial será realizada em 10 de novembro de 2026, das 9h às 17h, na sede do SIPESP. Os votos remetidos por via postal poderão ser recebidos até as 24h do dia 12 de novembro de 2026. A apuração será realizada em 13 de novembro de 2026, a partir das 9h, na sede da Entidade, e a posse da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal ocorrerá em 17 de novembro de 2026, tudo na forma do acordo judicial homologado, do Estatuto Social e do Regulamento das Eleições. 2. DA HIPÓTESE DE CHAPA ÚNICA Caso apenas uma chapa venha a ser regularmente inscrita e homologada pela Comissão Eleitoral, será realizada Assembleia Geral Extraordinária de aclamação em 10 de Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBNº 24440052858/88 C.N.P.J. 60.739.786/0001-95 Avenida Cásper Líbero, 58 - 7º andar - CEP: 01033-000 - São Paulo – SP Tel: (11) 3229-0430 / 3326-8307 / 3326-8308 www.sipesp.org.br - email: sipesp@sipesp.org.br 2 novembro de 2026, observados o art. 51, § 3º, do Estatuto Social e os termos do acordo judicial homologado. 3. DO PRAZO PARA INSCRIÇÃO DAS CHAPAS Em cumprimento ao prazo excepcional de 30 (trinta) dias corridos estabelecido no acordo judicial, os pedidos de registro de chapa poderão ser apresentados desde a publicação deste Edital, em 15 de setembro de 2026, até as 17h do dia 15 de outubro de 2026, termo final improrrogável para a entrega da documentação inicial de inscrição. 4. DO LOCAL, HORÁRIO E FORMA DE ENTREGA O pedido deverá ser entregue presencialmente na Secretaria da sede do SIPESP, situada na Avenida Cásper Líbero, nº 58, 7º andar, CEP 01033-000, São Paulo/SP, em dias úteis, das 9h às 17h. No último dia do prazo, não será recebido protocolo após as 17h. 5. DO ENVELOPE LACRADO O candidato a Presidente da chapa deverá entregar: I – o requerimento próprio de inscrição, devidamente preenchido e assinado; e II – a documentação integral exigida pelo Estatuto Social e pelo modelo de requerimento. O requerimento e a documentação deverão ser acondicionados em envelope fechado e lacrado, com identificação externa do nome da chapa e do candidato a Presidente. Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBNº 24440052858/88 C.N.P.J. 60.739.786/0001-95 Avenida Cásper Líbero, 58 - 7º andar - CEP: 01033-000 - São Paulo – SP Tel: (11) 3229-0430 / 3326-8307 / 3326-8308 www.sipesp.org.br - email: sipesp@sipesp.org.br 3 A entrega deverá ocorrer em mãos das funcionárias da Secretaria da Entidade, que emitirão recibo em duas vias, com registro da data e do horário exatos do protocolo, entregando uma via ao apresentante e mantendo a outra vinculada ao envelope recebido. 6. DA ATUAÇÃO DA

SECRETARIA À Secretaria compete exclusivamente receber, protocolar, identificar e custodiar os envelopes lacrados, preservando-lhes a integridade até a entrega formal à Comissão Eleitoral. O recebimento material e a emissão do recibo não importam análise, conferência, certificação de completude, deferimento, homologação ou reconhecimento da regularidade da chapa ou de qualquer candidato. 7. DOS DOCUMENTOS E REQUISITOS O requerimento deverá conter a composição completa da chapa, com todos os cargos eletivos e respectivos candidatos, nomes e assinaturas com firmas reconhecidas, em duas vias, e ser acompanhado das declarações, certidões e demais documentos exigidos pelos arts. 51 e 54 do Estatuto Social, pelo requerimento-padrão e pelo Regulamento das Eleições. Não se admite chapa incompleta nem a participação do mesmo candidato em mais de uma chapa, sem prejuízo dos demais requisitos de elegibilidade previstos no Estatuto Social. 8. DA REUTILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS ANTERIORMENTE APRESENTADOS Considerando que o presente procedimento constitui reabertura do certame eleitoral anteriormente instaurado, e não declaração de irregularidade, nulidade ou invalidade dos Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBNº 24440052858/88 C.N.P.J. 60.739.786/0001-95 Avenida Cásper Líbero, 58 - 7º andar - CEP: 01033-000 - São Paulo – SP Tel: (11) 3229-0430 / 3326-8307 / 3326-8308 www.sipesp.org.br - email: sipesp@sipesp.org.br 4 documentos apresentados pelos candidatos por ocasião dos atos praticados a partir do primeiro Edital de Abertura do Processo Eleitoral, a Comissão Eleitoral reconhecerá como válidos os documentos e os respectivos pedidos de registro de candidatura anteriormente protocolados, desde que sejam formalmente reapresentados dentro do prazo de inscrição estabelecido neste Edital. Desse modo, os candidatos que tenham participado do procedimento eleitoral anteriormente instaurado e que pretendam reaproveitar a documentação já apresentada poderão, dentro do prazo fixado para o registro das chapas, retirá-la na sede do SIPESP, mediante recibo ou termo próprio que assegure a identificação, a integridade e a rastreabilidade dos documentos entregues. Após a retirada, os documentos deverão ser novamente acondicionados em envelope fechado e lacrado e reapresentados à Secretaria da Entidade dentro do prazo previsto no item 3 deste Edital, observando-se o procedimento de protocolo, recibo, guarda e posterior entrega à Comissão Eleitoral previsto nos itens anteriores. Nessa hipótese, não será exigido o preenchimento de novo requerimento de inscrição, tampouco a renovação das declarações, fichas e documentos anteriormente apresentados, os quais conservarão sua validade para os fins do presente processo eleitoral, sem prejuízo da possibilidade de complementação ou aditamento documental caso a Comissão Eleitoral, no exercício de sua competência estatutária e mediante decisão fundamentada, considere a providência necessária à regular instrução do pedido. O aproveitamento da documentação anteriormente apresentada não será automático, dependendo de sua retirada e efetiva reapresentação dentro do prazo estabelecido neste Edital. Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBNº 24440052858/88 C.N.P.J. 60.739.786/0001-95 Avenida Cásper Líbero, 58 - 7º andar - CEP: 01033-000 - São Paulo – SP Tel: (11) 3229-0430 / 3326-8307 / 3326-8308 www.sipesp.org.br - email: sipesp@sipesp.org.br 5 A ausência de reapresentação tempestiva será considerada falta de inscrição no novo período, não produzindo o protocolo realizado no certame anterior, isoladamente, efeitos no processo eleitoral ora reaberto. 9. DA RECONDUÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL Fica reconduzida, em sua integralidade, a composição estatutária originariamente nomeada para a Comissão Eleitoral do

Processo Eleitoral SIPESP 2026, formada por: I – Paulo de Oliveira Andrade Júnior, RG nº 9.190.135, Presidente; II – Marcelo Moura Cardoso, RG nº 15.328.505, membro-vogal; e III – Carlos Alberto Augusto, RG nº 2.739.515, membro-vogal. Integrará ainda a Comissão um membro-vogal indicado por cada chapa inscrita, nos termos do art. 53 do Estatuto Social, vedada a participação de candidato a cargo eletivo na Comissão. 10. DA PRIMEIRA REUNIÃO E DA TRANSFERÊNCIA DE CUSTÓDIA A Comissão Eleitoral reunir-se-á dentro do prazo estatutário máximo de 3 (três) dias úteis após o encerramento das inscrições. No início dessa primeira reunião, as funcionárias da Secretaria entregarão à Comissão, mediante termo próprio, todos os envelopes recebidos, ainda lacrados, juntamente com as respectivas vias dos recibos, transferindo-se formalmente a custódia documental para a Comissão Eleitoral. Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBNº 24440052858/88 C.N.P.J. 60.739.786/0001-95 Avenida Cásper Líbero, 58 - 7º andar - CEP: 01033-000 - São Paulo – SP Tel: (11) 3229-0430 / 3326-8307 / 3326-8308 www.sipesp.org.br - email: sipesp@sipesp.org.br 6 A abertura dos envelopes e a conferência de seu conteúdo serão realizadas exclusivamente pela Comissão Eleitoral, com registro em ata e observância da transparência, da isonomia e da rastreabilidade dos atos. 11. DA ANÁLISE, DO SANEAMENTO E DAS DECISÕES Compete exclusivamente à Comissão Eleitoral examinar a tempestividade e a regularidade dos pedidos, verificar o atendimento dos requisitos estatutários, deliberar sobre a homologação ou impugnação das chapas e candidatos e, quando juridicamente admissível, apontar a necessidade de complementação ou aditamento documental, fixando prazo e forma para o saneamento, sem admitir alteração substancial da chapa ou afastar as vedações expressamente previstas no Estatuto Social. Deverão ser assegurados tratamento isonômico, motivação das decisões e ciência formal ao representante indicado por cada chapa. 12. DO REGULAMENTO DAS ELEIÇÕES Na primeira reunião, a Comissão Eleitoral deliberará sobre a ratificação e, se necessário, a adequação do Regulamento das Eleições ao novo calendário e ao acordo judicial homologado, devendo fazê-lo dentro do prazo previsto no parágrafo único do art. 53 do Estatuto Social. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, nos limites do art. 63 do Estatuto Social. 13. DA FISCALIZAÇÃO E DA PUBLICIDADE O processo eleitoral observará a fiscalização prevista no Estatuto Social, inclusive a indicação de fiscais pelas chapas na forma do art. 57, bem como o acompanhamento da Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBNº 24440052858/88 C.N.P.J. 60.739.786/0001-95 Avenida Cásper Líbero, 58 - 7º andar - CEP: 01033-000 - São Paulo – SP Tel: (11) 3229-0430 / 3326-8307 / 3326-8308 www.sipesp.org.br - email: sipesp@sipesp.org.br 7 eleição e da apuração pelo Ministério Público, conforme estabelecido no acordo judicial homologado. Este Edital será publicado em jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, afixado no quadro oficial de avisos da sede e divulgado pelos canais institucionais da Entidade. 14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS O requerimento-padrão e as orientações formais estarão disponíveis na Secretaria e nos canais institucionais do SIPESP. Prevalecerão sobre qualquer ato anterior incompatível o acordo judicial homologado, o presente Edital, o Estatuto Social e o Regulamento das Eleições, observadas, prioritariamente, as datas e determinações especificamente fixadas pelo Juízo Laboral. Publique-se, afixe-se no quadro oficial de avisos da Entidade e dê-se ampla divulgação aos associados. São Paulo, 15 de setembro de 2026. 

PCSP DÁ POSSE A 1.413 NOVOS INVESTIGADORES; TURMA É A MAIOR DA HISTÓRIA DA CARREIRA

Após mobilização dos aprovados e atuação do SIPESP pela celeridade do concurso, novos policiais já deram início ao Curso de Formação Técnico-Profissional

A Polícia Civil do Estado de São Paulo realizou, nesta quarta-feira (16/9), a cerimônia de posse de 1.413 novos investigadores de polícia. Considerada a maior turma da carreira nomeada de uma única vez, ela é formada pelos candidatos aprovados no concurso público IP-1/2023.

A solenidade ocorreu na Barra Funda, na capital paulista. Entre os novos integrantes da instituição estão 1.009 homens e 404 mulheres, nomeados por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de 1º de setembro deste ano.

Com a assinatura do termo de posse, os aprovados passam oficialmente a integrar os quadros da Polícia Civil. Nesta quinta-feira (17/9), os novos investigadores iniciam o Curso de Formação Técnico-Profissional, cuja conclusão está prevista para fevereiro de 2027.

A formação será composta por 22 disciplinas principais, além de palestras e estágio profissional supervisionado. A grade contempla conteúdos essenciais para o exercício da carreira, como investigação e polícia judiciária, técnicas operacionais, inteligência policial, armamento e tiro,

criminalística, direitos humanos, ética, gestão de crises, atendimento ao público, informática e primeiros socorros.

FORMAÇÃO SERÁ REALIZADA NA CAPITAL E NO INTERIOR

A distribuição dos alunos ocorrerá de acordo com a região escolhida no momento da inscrição no concurso.

Os candidatos destinados à capital e à Grande São Paulo realizarão o curso na Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra” (Acadepol), na Zona Oeste da capital. Aqueles que optaram por vagas no interior serão encaminhados às respectivas Unidades de Ensino e Pesquisa (UEPs).

Os nomeados que não compareceram à cerimônia de posse poderão solicitar a prorrogação do prazo por mais 15 dias, seguindo as orientações divulgadas pela Polícia Civil.

SIPESP ACOMPANHOU A TRAJETÓRIA DOS APROVADOS

O SIPESP acompanhou de perto os desdobramentos do concurso IP-1/2023 e, em diferentes momentos, manifestou apoio aos

candidatos, cobrou maior celeridade na conclusão das etapas administrativas e manteve diálogo com representantes dos aprovados e autoridades responsáveis.

Em agosto, o Sindicato também apoiou publicamente a mobilização promovida pelos candidatos em frente ao Palácio dos Bandeirantes, destacando que a demora nas nomeações afetava não apenas os aprovados, mas também os investigadores em atividade e toda a sociedade paulista. A mobilização acabou não acontecendo, mas também marcou a luta pela posse dos novos investigadores.

A entidade vem alertando reiteradamente para a defasagem do efetivo e para a sobrecarga enfrentada pelos policiais nas unidades da capital, da Região Metropolitana e do interior. Por isso, a posse desta turma representa uma conquista importante, embora ainda sejam necessárias novas nomeações e políticas permanentes de recomposição dos quadros da Polícia Civil.

O SIPESP parabeniza os novos investigadores e deseja a todos uma trajetória profissional marcada pelo compromisso com a investigação, com a segurança pública e com o atendimento à população. 



DGP PUBLICA LISTA DEFINITIVA DE INVESTIGADORES APTOS À PROMOÇÃO DE JULHO DE 2026

A Delegacia-Geral de Polícia (DGP) publicou a lista definitiva dos investigadores de polícia – e demais carreiras – aptos à promoção referente ao mês de julho de 2026. A relação integra o Anexo Único da Portaria Normativa DGP nº 69, de 28 de setembro de 2026, e abrange policiais atualmente enquadrados nas 1ª, 2ª e 3ª classes da carreira.

A publicação ocorre após o Conselho da Polícia Civil apreciar os incidentes e recursos administrativos apresentados durante o processo de promoção. Concluída essa etapa, o Conselho aprovou a relação definitiva dos profissionais que atenderam aos requisitos previstos na Lei nº 18.443/2026, no Decreto nº 70.771/2026 e na Portaria Normativa DGP nº 23/2026.

Os nomes estão organizados por classe atual de enquadramento e,

dentro de cada classe, em ordem alfabética. A presença na lista Por isso, é importante que cada profissional consulte a relação definitiva e acompanhe as próximas publicações oficiais relativas à sua evolução funcional.

A portaria também determina que o Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil (DAP) adote as providências para disponibilizar a lista na Plataforma Digital Institucional, consolidar as informações e executar o ato.

O SIPESP acompanha o processo de promoção dos investigadores e orienta os integrantes das três classes abrangidas a conferir seus dados no Anexo Único e na plataforma institucional. A valorização da carreira depende de critérios claros, publicidade dos resultados e continuidade dos atos necessários à efetivação das promoções.

POLÍCIA CIVIL INSTITUI PLANO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ON-LINE E INCENTIVO À ATIVIDADE FÍSICA

A Delegacia-Geral de Polícia publicou a Portaria Normativa DGP nº 42, de 31 de agosto de 2026, que institui o Plano de Melhoria da Qualidade de Vida dos Policiais Civis. A iniciativa prevê a implantação de um Serviço de Atendimento Psicológico On-line e de uma Plataforma Digital Integrada de Atividade Física e Bem-Estar. O atendimento psicológico será gratuito, voluntário, reservado e destinado exclusivamente aos policiais civis. Entre os objetivos estão o acolhimento e o acompanhamento profissional, além da prevenção e do enfrentamento de situações de estresse, riscos psicossociais, incidentes críticos, vitimização, violência autoprovocada e comportamento suicida.

Nos casos de crise ou risco iminente, o serviço deverá seguir protocolos específicos de identificação e encaminhamento. A contratação da empresa responsável ocorrerá por meio de processo licitatório e ainda dependerá da elaboração de estudos técnicos, termo de referência e demais procedimentos administrativos.

A portaria também determina que os atendimentos respeitem o sigilo profissional, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as normas do Conselho Federal de Psicologia. As informações clínicas não poderão ser utilizadas para finalidades funcionais, disciplinares ou de avaliação profissional. Também fica proibido o compartilhamento automático de prontuários, registros terapêuticos ou dados pessoais sensíveis.

Além do suporte psicológico, o plano também prevê a criação de uma plataforma digital voltada à prática de atividades físicas, ao incentivo de hábitos saudáveis e à orientação sobre melhores práticas alimentares. A ferramenta poderá oferecer acesso a atividades presenciais ou remotas e deverá contribuir para a prevenção do sedentarismo, a redução dos riscos ocupacionais e a melhoria da saúde física e mental.

confirma que o investigador foi considerado apto nesta etapa do processo; a Portaria nº 69 não é, por si só, o ato individual de promoção.

A elaboração e a gestão do plano ficarão sob a coordenação do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil, com a participação da Academia de Polícia e da Corregedoria-Geral da Polícia Civil. O projeto deverá estabelecer metas, indicadores, cronograma, estimativa de custos e mecanismos de fiscalização e avaliação dos resultados.

Os serviços contratados serão oferecidos sem qualquer cobrança aos policiais civis. O novo plano também não poderá substituir ou interromper os atendimentos psicológicos e psicossociais que já estão em andamento nos departamentos da instituição. Os familiares não serão contemplados pelo serviço contratado, mas poderão continuar utilizando os atendimentos institucionais próprios já disponibilizados pela Polícia Civil.

QUALIDADE DE VIDA É TEMA RECORRENTE PARA O SIPESP

Para o SIPESP, a efetividade da medida dependerá de sua rápida implementação, da existência de profissionais em número suficiente e da garantia de acesso em todo o Estado. É importante ressaltar que o plano seja conduzido com transparência, ampla divulgação e acompanhamento de resultados, já que entre os policiais, existe o medo latente de exposição, estigmatização e consequências na carreira.

O SIPESP continuará acompanhando as providências necessárias para que o plano saia do papel e se transforme em atendimento efetivo, acessível, seguro e verdadeiramente.

Vale destacar que o SIPESP já oferece atendimento psicológico gratuito aos policiais civis na sede do Sindicato. Na área de atividade física e bem-estar, os associados também têm acesso a descontos em academias, tratamentos e outros serviços por meio das parcerias disponíveis no aplicativo SIPESP+. As iniciativas reforçam o compromisso da entidade com a saúde física, mental e a qualidade de vida de seus associados. 

ATENDIMENTO DEFICITÁRIO DO IAMSPE VOLTA A SER RETRATADO EM DENÚNCIAS DE SERVIDORES

Vídeos e relatos encaminhados ao SIPESP apontam demora para realização de cirurgia, alimentação inadequada e tratamento desrespeitoso durante internação

A precariedade do atendimento oferecido pelo Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo (IAMSPE) voltou a ser alvo de denúncias encaminhadas ao Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo (SIPESP).

Em vídeos e mensagens recebidos pelo Sindicato, servidores relatam problemas que vão desde a demora para a realização de procedimentos cirúrgicos até o fornecimento de alimentação fria e a maneira desrespeitosa com que pacientes e familiares teriam sido tratados por funcionários.

Uma servidora (cuja identidade será preservada) contou que precisou ser internada às pressas após a identificação de uma massa no crânio. Segundo o relato, além da gravidade de seu estado de saúde, ela teria enfrentado condições inadequadas durante o período de internação.

Entre as situações denunciadas está o fornecimento de refeições frias aos pacientes. Ao questionar o problema, a servidora afirma ter sido tratada com agressividade pela funcionária responsável pela entrega dos alimentos. Ainda de acordo com o relato, seu filho buscou comida em uma lanchonete, mas a família teria sido repreendida por levar o alimento até a unidade.

“Fui internada de emergência com uma massa no crânio. É uma calamidade. As funcionárias tratam a gente como lixo”, desabafou a denunciante. Ela também chamou a atenção para a situação daqueles que não possuem outro plano de saúde e dependem exclusivamente do IAMSPE.

SERVIDOR PAGA MAS NÃO CONSEGUE UTILIZAR

Outro relato encaminhado ao SIPESP denuncia uma espera de aproximadamente dois anos para a realização de uma cirurgia de hérnia inguinal. Segundo a servidora, a justificativa apresentada seria a falta de cirurgião disponível para efetuar o procedimento.

A denunciante afirmou já ter enfrentado dificuldades semelhantes no final de 2025 e classificou a situação como “triste”.

Também criticou a diferença entre a realidade apresentada publicamente pelo Governo do Estado e aquela vivenciada diariamente pelos servidores que procuram atendimento.

Os relatos se somam a outras denúncias recebidas pelo SIPESP e reforçam uma preocupação antiga da entidade: a insuficiência da estrutura disponibilizada aos servidores estaduais que contribuem mensalmente para a manutenção do Instituto.

Outras denúncias recebidas apontam também que determinadas consultas estariam durando pouco mais de dois minutos, em um atendimento realizado “a toque de caixa”.

A indignação aumenta porque a contribuição ao IAMSPE é descontada diretamente do holerite dos servidores ativos. Mesmo quem precisa contratar e pagar um convênio médico particular, devido às dificuldades encontradas na rede do Instituto, continua sujeito ao desconto mensal.



Imagem enviada pelo denunciante.

Na prática, o servidor arca com duas despesas: paga obrigatoriamente pelo IAMSPE e, para evitar mais dificuldades quando necessita de atendimento, muitas vezes também precisa manter um plano de saúde particular. Pedidos administrativos para interromper o desconto dos servidores ativos, segundo informações encaminhadas ao Sindicato, não costumam ser aceitos pelo Estado.

Como a contribuição é considerada obrigatória pela legislação estadual, o questio-

-namento do desconto geralmente exige o ingresso de medida judicial, com a orientação de advogado ou defensor público.

Eventual desligamento, quando reconhecido, também deve ser analisado com cautela, pois pode produzir efeitos definitivos sobre o direito à assistência médica do titular e de seus dependentes. Por isso, cada caso deve ser previamente avaliado por um profissional da área jurídica.

Para muitos servidores, portanto, a realidade pode ser resumida de forma preocupante: paga-se por um serviço que, quando necessário, nem sempre pode ser utilizado de maneira rápida, adequada e digna.

EM BUSCA DE SOLUÇÕES

Para o SIPESP, não é aceitável que servidores públicos, depois de anos de trabalho e contribuição, encontrem demora excessiva, falta de profissionais, condições inadequadas de internação ou tratamento desrespeitoso justamente no momento em que estão mais vulneráveis.

O Sindicato destaca que os problemas do IAMSPE não podem ser tratados como casos isolados. As denúncias recorrentes demonstram a necessidade de investimentos, ampliação das equipes, redução das filas e fiscalização permanente da qualidade dos serviços prestados.

É importante lembrar que o IAMSPE tem por hábito descredenciar clínicas e laboratórios sem aviso prévio. O SIPESP cobra do Governo do Estado de São Paulo e da direção do IAMSPE a apuração das denúncias, a adoção de providências imediatas e a apresentação de medidas concretas para assegurar atendimento digno, humanizado e eficiente aos servidores e seus dependentes.

A entidade continuará recebendo e dando visibilidade às manifestações da categoria, além de acompanhar as medidas adotadas pelos órgãos responsáveis.

O espaço permanece aberto para manifestação do IAMSPE e do Governo do Estado de São Paulo. 

ESTELIONATOS AVANÇAM NO BRASIL E EXPÕEM NECESSIDADE DE MODERNIZAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES POLICIAIS

Vídeos e relatos encaminhados ao SIPEPSP apontam demora para realização de cirurgia, alimentação inadequada e tratamento desrespeitoso durante internação

A redução de roubos e furtos não significa que a criminalidade esteja necessariamente diminuindo. Parte dela está mudando de endereço: das ruas para as telas, dos assaltos presenciais para as fraudes digitais e das ações individuais para organizações criminosas altamente especializadas. O crescimento dos crimes de estelionato no Brasil traz à tona um novo perfil da criminalidade e que faz com que a segurança pública fique mais atenta para acompanhar a velocidade com que as organizações criminosas migram para o ambiente digital.

Dados publicados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025 mostram que o Brasil registrou 2,16 milhões de casos de estelionato em 2024, o equivalente a 247 ocorrências por hora. O número representa um crescimento de cerca de 7,8% em relação ao ano anterior e contrasta com a redução observada em crimes patrimoniais tradicionais, como roubos e furtos de celulares.

O cenário também é preocupante quando se observa o caminho percorrido pelos registros até chegar ao sistema de Justiça. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça citados pelo Anuário, apenas 51.793 dos mais de 2 milhões de casos registrados chegaram à Justiça, evidenciando o tamanho do desafio enfrentado pelas instituições responsáveis pela investigação e responsabilização dos criminosos.

CRIME MIGRA PARA O AMBIENTE DIGITAL

A mudança não ocorre por acaso. A ampla utilização de aplicativos de mensagens, redes sociais, serviços bancários digitais e sistemas de pagamentos instantâneos criou novas oportunidades para grupos criminosos, que passaram a atuar sem as limitações geográficas presentes nos crimes convencionais.

A Global Anti-Scam Alliance (GASA) também aponta a dimensão do problema. Em levantamento divulgado em 2024, a entidade estimou em R\$ 297,7 bilhões as perdas provocadas por golpes no Brasil, enquanto apenas 4% das vítimas pesquisadas afirmaram

ter recuperado integralmente o dinheiro perdido.

O problema ganhou novas dimensões com a utilização de inteligência artificial. Levantamento divulgado pela Folha de S.Paulo em junho de 2026 mostrou que decisões judiciais envolvendo estelionato em São Paulo mais do que dobraram desde 2022, período que coincide com a disseminação das ferramentas de IA generativa. A tecnologia vem sendo utilizada por criminosos para produzir mensagens mais convincentes, automatizar abordagens e sofisticar tentativas de fraude, embora não seja possível estabelecer uma relação direta de causa e efeito entre a IA e o crescimento dos crimes.

Para o enfrentamento desse novo cenário, não basta ampliar mecanismos de prevenção. É necessário fortalecer a capacidade investigativa do Estado, algo que o SIPEPSP insiste em sua atuação.

A identificação dos autores de fraudes digitais frequentemente exige conhecimento especializado, análise de dados, rastreamento de transações financeiras, investigação de redes criminosas, cooperação entre instituições e acesso rápido a informações que podem desaparecer em questão de horas. Outro obstáculo está na utilização de contas bancárias de terceiros, empresas de fachada e as chamadas “contas laranjas”, utilizadas para movimentar e pulverizar os recursos obtidos ilegalmente.

Enquanto os criminosos conseguem operar de forma rápida, descentralizada e interestadual, as estruturas públicas ainda enfrentam limitações de pessoal, equipamentos, tecnologia e capacitação específica.

A própria GASA, em seu relatório sobre o cenário brasileiro de 2025, destacou a profissionalização das redes de contas utilizadas para receber recursos de golpes e defendeu maior integração entre instituições financeiras, plataformas digitais, órgãos públicos e forças de segurança.

PREPARAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL

Nesse contexto, o fortalecimento da Polícia

Civil assume papel estratégico. É a instituição responsável pela investigação de grande parte desses crimes e que precisa acompanhar uma criminalidade cada vez mais tecnológica, organizada e especializada.

Não se trata apenas de adquirir novos equipamentos. É necessário investir permanentemente na formação dos policiais, ampliar os núcleos especializados, garantir ferramentas de inteligência e análise de dados, fortalecer a perícia e criar mecanismos eficientes de integração entre as diferentes instituições envolvidas no combate às fraudes.

A realidade demonstra que o investigador de polícia precisa estar preparado para lidar não apenas com o crime tradicional, mas também com dados bancários, rastreamento financeiro, plataformas digitais, criptomoedas, inteligência artificial, engenharia social e organizações criminosas que podem atuar simultaneamente em diferentes cidades e estados.

Operações recentes demonstram que, quando há estrutura e capacidade investigativa, as Polícias Civis conseguem alcançar organizações complexas. Em fevereiro de 2026, por exemplo, uma operação da Polícia Civil de São Paulo contra uma organização suspeita de fraudes eletrônicas, estelionato e lavagem de dinheiro resultou em 12 prisões e investigações que alcançavam São Paulo, Minas Gerais e o Distrito Federal.

Para o SIPEPSP, discutir o combate às fraudes significa também discutir as condições oferecidas aos profissionais responsáveis pelas investigações. Não é razoável exigir que policiais combatam organizações criminosas cada vez mais sofisticadas utilizando estruturas defasadas, efetivos insuficientes e ferramentas incompatíveis com a complexidade dos crimes investigados.

A modernização da segurança pública precisa necessariamente passar pela valorização dos investigadores, pela recomposição dos quadros policiais, pela capacitação permanente e pelo investimento em tecnologia e inteligência. 

SIPEP PARTICIPA DO 20º ENCONTRO DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, EM SÃO PAULO



Em 18 de setembro, o Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo (SIPEP), representado pelo investigador de polícia Veludo Neto, participou do 20º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, realizado na capital paulista. Promovido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o evento ocorreu entre os dias 15 e 18 de setembro e reuniu profissionais das forças de segurança, pesquisadores, representantes de instituições públicas, especialistas e integrantes da sociedade civil.

Com o tema central “O Brasil que queremos: segurança pública como direito fundamental”, o encontro promoveu debates sobre alguns dos principais desafios enfrentados pelo país na área, especialmente em um cenário no qual a criminalidade e a violência estão entre as maiores preocupações da população.

A programação contou com conferências, mesas temáticas, painéis e grupos de trabalho. Entre os assuntos abordados estiveram o combate ao crime organizado, a Proposta de Emenda à Constituição da Segurança Pública, a implementação da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, a formação policial, a saúde mental dos profissionais de segurança, a violência contra a mulher, o controle de armas, a produção de dados e o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidências.

Para Veludo Neto, a participação em espaços como esse contribui para o intercâmbio de experiências e para a construção de propostas voltadas ao aprimoramento das instituições policiais. “Esse é um momento importante para trazer propostas e soluções para uma polícia ainda mais valorizada e, claro, para ajudar a construir uma categoria forte”, disse.

A diretora-executiva da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis (Cobrapol), Luana de Ávila, também participou da programação. Ela foi uma das autoras do trabalho “A redemocratização inacabada da segurança pública: capacidade estatal, autonomia institucional e os desafios do combate ao crime organizado no Brasil”, apresentado em uma das sessões dos grupos de trabalho.

“É neste tipo de encontro que são debatidos os principais temas da segurança pública. Trouxemos questões como a Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis e as dificuldades para sua implementação em todo o território nacional. A Cobrapol continuará levando os principais debates da segurança pública a esses espaços e se fazendo presente para que os policiais cíveis e suas reivindicações não sejam esquecidos”, ressaltou.

Para o SIPEP, a participação no encontro reforça a importância de acompanhar os

debates nacionais sobre segurança pública e de garantir que os investigadores de polícia estejam representados nos espaços de produção de conhecimento e de construção de políticas para o setor. [S](#)



CHUVA DE DENÚNCIAS: ESCALA DE PLANTÃO DA SECCIONAL DE PRAIA GRANDE EXPÕE SOBRECARGA SOBRE A CATEGORIA

Problemas nas delegacias são em nível estadual e levantam debates sobre sobrecarga de policiais civis.

Uma nova denúncia voltada à escala de plantão da Delegacia Seccional de Polícia de Praia Grande reacende críticas entre policiais civis da região e de todo o Estado. O documento evidencia, segundo relatos recebidos pelo SIPEP, um cenário de sobrecarga de servidores, utilização de equipes de reforço e denúncias de retaliação contra aqueles que questionam a organização dos plantões. A denúncia se assemelha às denúncias já expostas pelo sindicato nas cidades de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

De acordo com policiais da unidade de PG, a criação de uma equipe de apoio denominada DEJEC teria ocorrido para suprir a deficiência de efetivo nas escalas de plantão. Apesar da medida buscar minimizar os impactos da falta de pessoal, é importante ressaltar que a iniciativa não resolve o problema estrutural e transfere a responsabilidade para equipes já sobrecarregadas.

Outro ponto que chama atenção na escala é a determinação de que as equipes de apoio permaneçam durante todo o turno à disposição da Autoridade Policial, utilizando, inclusive, as viaturas das respectivas unidades de origem. O documento também estabelece que qualquer troca de plantão somente poderá ocorrer mediante autorização

prévia do Delegado Seccional.

Além disso, o SIPEP identificou que questionamentos sobre a escala estariam sendo respondidos com retaliações e perseguições administrativas, criando um ambiente de insegurança entre os servidores.

Para o SIPEP, o problema vai além da elaboração da escala. A entidade tem alertado reiteradamente que a Polícia Civil paulista enfrenta um grave déficit de efetivo, situação que vem sendo agravada ao longo dos últimos anos e que resulta em jornadas cada vez mais desgastantes para investigadores e demais servidores.

SIPEP EM ESTADO DE ATENÇÃO

Cabe destacar que as denúncias não se restringem às Delegacias Seccionais de Praia Grande, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Na Delegacia Seccional de Cruzeiro, onde o presidente do SIPEP exerce suas funções como investigador de polícia, também são constantes as reclamações de policiais civis quanto à imposição de escalas consideradas abusivas.

Segundo os relatos encaminhados ao Sindicato, além do cumprimento das escalas ordinárias de plantão, os policiais ainda são submetidos a regimes de sobreaviso para plantões, escoltas de presos e escoltas de adolescentes em conflito com a lei, permane-

-cendo à disposição da Administração. Na prática, essa sistemática amplia significativamente a carga de trabalho, compromete os períodos de descanso e agrava o desgaste físico e emocional dos servidores.

“O que estamos vendo não é um problema isolado de uma ou outra unidade. Como presidente do SIPEP e policial lotado na Seccional de Cruzeiro, recebo diariamente reclamações de colegas que enfrentam jornadas excessivas e sucessivos regimes de sobreaviso. Não podemos aceitar que a falta de efetivo continue sendo compensada às custas da saúde e da qualidade de vida dos policiais civis”, afirma o presidente do SIPEP, Paulo Erica.

Na avaliação do Sindicato, medidas paliativas, como remanejamentos internos e criação de equipes de reforço, não substituem a necessidade de reposição de pessoal, planejamento administrativo e gestão eficiente das unidades policiais.

O SIPEP continuará acompanhando a situação da Seccional de Praia Grande e cobrando da Administração Superior da Polícia Civil providências que garantam condições dignas de trabalho aos policiais civis e atendimento adequado à população. 

ATENÇÃO, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Atualização da ficha de autorização de desconto em folha

O SIPEP faz um chamamento **URGENTE** aos seus associados aposentados e pensionistas vinculados à SPPrev para a **ATUALIZAÇÃO DA FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO**.

Atualmente, há dificuldades para confirmar se os associados estão recebendo nossas notificações, agravadas por problemas de contato telefônico. Enquanto esse cenário não é regularizado, a chegada de fichas de forma desorganizada aumenta a insegurança do processo. Por isso, a **colaboração** imediata dos associados é fundamental.

Estima-se que cerca de **1.500 associados aposentados e pensionistas** precisam regularizar a situação. **Servidores na ativa não precisam realizar esse procedimento neste momento.**

O QUE O ASSOCIADO DEVE FAZER



Ao receber a carta do sindicato, providência **imediatamente** a entrega/regularização da ficha de autorização.



Quem não recebeu a correspondência ou tem dúvidas, entre em contato com o SIPEP pelo WhatsApp:



(11) 96250-9815



Se você conhece algum associado aposentado ou pensionista, avise e oriente a comparecer ao Sindicato ou entrar em contato pelo WhatsApp da entidade para a devida regularização.



A diretoria reforça que a atualização da ficha de autorização é **indispensável** para evitar a suspensão de descontos em folha e possíveis prejuízos à entidade.

A **colaboração de todos é essencial** para a segurança, transparência e continuidade do trabalho sindical.

Contamos com a colaboração de todos.

INVESTIGADORES DENUNCIAM ESCALA DE VIGIA NA CIDADE DA POLÍCIA CIVIL DE SBC E APONTAM DESVIO DE FUNÇÃO

Investigadores da Polícia Civil estão denunciando a criação de uma escala provisória de atendimento ao público e vigilância na recém-inaugurada Cidade da Polícia Civil de São Bernardo do Campo. Na prática, a medida tira efetivo da investigação para tapar um buraco que deveria ter sido resolvido antes mesmo do prédio abrir as portas.

O complexo foi inaugurado há poucas semanas, com bastante alarde institucional, reunindo em um só endereço as delegacias especializadas do município. À época, a proposta foi vendida como um passo importante na modernização da Polícia Civil e na melhoria do atendimento à população.

A realidade identificada, porém, é bem diferente. Como não há empresa contratada para cuidar da segurança patrimonial e do atendimento na portaria, a administração teria optado por escalar investigadores e outros policiais operacionais para ficar na entrada do prédio, cobrindo os períodos diurno e noturno.

A Escala Provisória de Atendimento ao Público – Cidade da Polícia Civil – Julho de 2026, assinada pelo delegado titular Rodrigo Baracat Guimarães Pereira, prevê plantões de 12 horas, das 8h às 20h e das 20h às 8h.

Conforme o documento, os policiais escalados devem permanecer nas instalações localizadas na entrada do complexo, em frente ao setor de protocolo, sendo responsáveis pelo atendimento e orientação ao público. A escala ainda determina que não serão permitidas permutas ou substituições sem autorização prévia.

Chama atenção também o fato de a escala ter sido direcionada só a investigadores e demais policiais operacionais — delegados e escrivães ficaram de fora —, o que só aumentou a indignação entre os servidores.

Para os policiais ouvidos pela reportagem, o caminho óbvio seria contratar uma empresa especializada em segurança e controle de acesso, deixando o efetivo livre para o que de fato importa: a atividade de polícia judiciária. O SIPESP espera que, com a repercussão do caso em São Bernardo do Campo, a administração da Polícia Civil reveja essa decisão e encontre uma saída que não comprometa ainda mais o trabalho de investigação.

O SIPESP mantém aberto o espaço para manifestação da Delegacia Seccional de Polícia de São Bernardo do Campo e da Delegacia Geral da Polícia Civil, tanto sobre os critérios usados para montar essa escala quanto sobre uma eventual contratação de serviço de vigilância e controle de acesso para

o complexo.

O sindicato afirma que vai continuar acompanhando o caso, avaliando as medidas cabíveis e cobrando da Administração da Polícia Civil providências concretas para que investigadores não sejam colocados em atividades incompatíveis com as atribuições do cargo. S



RECADASTRAMENTO DO IAMSPE PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA SPPREV VAI ATÉ DIA 31 DE OUTUBRO

APOSENTADO E PENSIONISTA
SPPREV
CHEGOU A SUA VEZ!

FAÇA SEU RECADASTRAMENTO NO APP IAMSPE DIGITAL.
É RÁPIDO, FÁCIL E SEGURO!

PERÍODO DO RECADASTRAMENTO
17/08/2026 a 31/10/2026

Acesse o aplicativo,
atualize e confirme
seus dados

Dúvidas e informações na
CENTRAL DE ACOELHIMENTO
E CUIDADO - CAC
(11) 4573-9945

Confira o passo a passo em:
https://www.iamspe.sp.gov.br/iamspe/espaco_do_usuario/recadastramento





Aposentados e pensionistas vinculados à São Paulo Previdência (SPPREV) deverão realizar o recadastramento do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE) entre os dias 17 de agosto e 31 de outubro de 2026.

A atualização cadastral é necessária para a manutenção dos dados dos beneficiários e dos serviços relacionados à assistência médica do IAMSPE.

O procedimento deverá ser realizado dentro do período estabelecido. A orientação é que aposentados e pensionistas não deixem o recadastramento para os últimos dias, evitando eventuais dificuldades ou sobrecarga nos canais de atendimento.

O processo deve ser feito com Iamspe Digital, aplicativo que precisa ser baixado no celular do beneficiário.

Confira o passo a passo abaixo:

- 1 – Acesse o Aplicativo Iamspe Digital;
- 2 – Clique no botão “Entrar com gov.br”;
- 3 – Informe seu CPF e a senha;
- 4 – Leia atentamente os termos de consentimento;
- 5 – Clique na opção “Atualizar dados”;
- 6 – Preencha os dados solicitados;
- 7 – Para concluir o processo faça a prova de vida.

Atenção: Caso você tenha feito a prova de vida recentemente, não será necessário fazer novamente. S

ABERTURA DE DDMS 24 HORAS PODE AGRAVAR DÉFICIT DE POLICIAIS CIVIS EM JALES E SANTA FÉ DO SUL

Sem previsão de novos policiais, administração do Deinter 5 avalia remanejamento de investigadores de regiões já deficitárias para Monte Aprazível



Imagem: divulgação.

A abertura de Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) com funcionamento 24 horas no interior do Estado de São Paulo representa, em princípio, uma medida importante para ampliar a proteção e o atendimento às mulheres vítimas de violência.

No entanto, a forma como a expansão está sendo planejada pelo Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 5 (Deinter-5), de São José do Rio Preto, vem provocando preocupação entre os policiais civis e pode agravar ainda mais o déficit de efetivo em regiões que já enfrentam dificuldades históricas.

Segundo apuração do SIPESP, a primeira nova unidade está prevista para entrar em funcionamento em setembro, em Monte Aprazível. Na sequência, estão programadas DDMS 24 horas em Fernandópolis, em outubro, e Votuporanga, em novembro.

O principal problema apontado pelos policiais é que, até o momento, não há previsão de chegada de novos servidores para acompanhar a abertura dessas unidades. Diante desse cenário, a administração do Deinter-5 avalia remanejar policiais de outras regiões para garantir o funcionamento da primeira DDM 24 horas.

Entre as possibilidades está a retirada de poli-

-ciais da Seccional de Jales, responsável também pelo atendimento de municípios da região de Santa Fé do Sul, para atuação em Monte Aprazível, distante aproximadamente 170 quilômetros da região de divisa.

COMPROMETIMENTO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

A medida é considerada inviável pelos policiais civis que atuam na região. O argumento é que as unidades de Jales e Santa Fé do Sul já trabalham com um dos menores efetivos de sua história, e a retirada de investigadores tende a produzir um efeito em cadeia: menos policiais disponíveis significam menos capacidade operacional, aumento da sobrecarga de trabalho e prejuízos à condução das investigações.

O problema não está na criação de novas DDMS ou na ampliação do atendimento às mulheres. Pelo contrário: a proteção às vítimas e o combate à violência doméstica e familiar exigem estruturas adequadas e funcionamento permanente.

A questão central é como garantir esse atendimento sem retirar profissionais de regiões que já sofrem com a falta de efetivo.

Para o SIPESP, a expansão dos serviços da Polícia Civil precisa ser acompanhada de pla-

-nejamento e recomposição do quadro funcional. Abrir novas unidades sem a correspondente contratação ou distribuição adequada de servidores pode apenas deslocar o problema de uma região para outra.

DIÁRIAS TAMBÉM GERAM PREOCUPAÇÃO

Outro ponto que vem causando insatisfação entre os policiais é a possibilidade de pagamento de diária de aproximadamente R\$120 para aqueles que forem deslocados.

Considerando a distância entre as regiões, o tempo de deslocamento e as despesas relacionadas à permanência fora do local de lotação, o valor é considerado insuficiente pelos servidores.

Na avaliação dos policiais, uma alternativa mais adequada seria a concessão de pernoite, cujo valor para o Investigador de Polícia gira em torno de R\$600, proporcionando condições mais compatíveis para quem eventualmente precisar permanecer fora de sua unidade de origem.

A preocupação é que, além de deslocar policiais de regiões já desfalcadas, a administração imponha aos servidores condições que não correspondam aos custos e

às dificuldades decorrentes desses deslocamentos.

DESVIO DE FUNÇÃO AGRAVA PROBLEMA DO EFETIVO

A discussão sobre a abertura das novas DDMs também recoloca em evidência um problema antigo da Polícia Civil: os desvios de função. Apesar da escassez de investigadores, servidores pertencentes a carreiras auxiliares continuam, em diferentes unidades, desempenhando atividades que não correspondem às atribuições de seus cargos.

Entre os casos apontados estão carcereiros, auxiliares de papiloscopistas, operadores de telecomunicações e agentes policiais (motoristas), muitos deles exercendo funções que não correspondem às atribuições de seus cargos.

Uma gestão mais racional do efetivo permitiria, por exemplo, que servidores das carreiras auxiliares atualmente empregados em determinadas atividades fossem classificados nesses setores, no atendimento ao público e nos plantões, liberando os investigadores para aquilo que constitui a essência de suas atribuições.

Para os policiais, a situação precisa ser enfrentada antes que se opte pelo remanejamento de investigadores de regiões já deficitárias.

INVESTIGADOR DEVE ESTAR ONDE SUA FUNÇÃO É INDISPENSÁVEL

O Investigador de Polícia exerce papel funda-

-mental na atividade de polícia judiciária, especialmente na condução, coordenação e desenvolvimento das investigações criminais.

Quando esses profissionais são deslocados para suprir deficiências estruturais ou para desempenhar tarefas que poderiam ser executadas por outros servidores, a capacidade investigativa da Polícia Civil é diretamente afetada.

Não se trata, portanto, apenas de uma questão administrativa ou de distribuição de servidores. O problema tem impacto direto na segurança pública e na capacidade do Estado de investigar crimes e responsabilizar seus autores.

A falta de planejamento pode ainda ampliar a sobrecarga sobre os policiais que permanecem nas unidades de origem, aumentando a quantidade de ocorrências e procedimentos sob responsabilidade de cada servidor e reduzindo o tempo disponível para o trabalho investigativo.

POR PLANEJAMENTO E RECOMPOSIÇÃO DO EFETIVO

Diante desse cenário, a posição defendida pelo SIPEP é que a administração da Polícia Civil não adote soluções improvisadas para resolver problemas estruturais de efetivo.

Se existe necessidade de reforçar Monte Aprazível, Fernandópolis, Votuporanga ou qualquer outra unidade, é fundamental que o reforço venha acompanhado de planejamento, recomposição do quadro e critérios técnicos de distribuição de policiais.

Antes de retirar investigadores de regiões como Jales e Santa Fé do Sul, é necessário enfrentar os desvios de função existentes e reorganizar a força de trabalho. O fortalecimento de uma unidade não pode significar desfalcar outra e ampliar o atendimento à população não pode ocorrer às custas da redução da capacidade investigativa de regiões que já convivem com um efetivo insuficiente.

Os servidores das carreiras auxiliares podem ser classificados nesses setores, enquanto os investigadores devem ser preservados para o exercício de suas funções típicas de investigação criminal e polícia judiciária.

A criação de novas estruturas é positiva quando representa efetivamente o fortalecimento da Polícia Civil. Entretanto, não pode significar o enfraquecimento de outras regiões para que uma nova unidade possa funcionar.

Para isso, o caminho de fortalecimento deve ser guiado por uma política de gestão de pessoas baseada em planejamento, critérios técnicos, valorização profissional e respeito às atribuições legais de cada carreira.

O SIPEP continuará atento aos desdobramentos da medida e acompanhando de perto a situação do efetivo nas regiões envolvidas, mantendo-se à disposição dos policiais civis para prestar o suporte necessário e atuar na defesa de seus direitos e condições de trabalho. 



Seu fim de ano merece *esse descanso!*

ESTADIA GRATUITA

para os
associados
sorteados

Inscrições abertas para o sorteio de Natal e Ano Novo 2026/2027

📍 Praia Grande e Rancho de Promissão



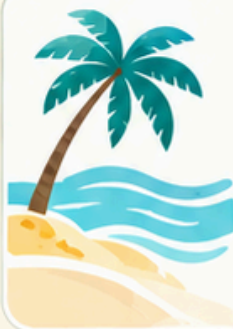
NATAL

23/12/2026 a 26/12/2026



ANO NOVO

30/12/2026 a 02/01/2027



PRAIA GRANDE

- ✓ Sócio sorteado + 1 convidado.
- ✓ Inclui café da manhã, almoço e jantar.
- ✓ Bebidas cobradas à parte.



RANCHO DE PROMISSÃO

- ✓ Sócio sorteado + 1 convidado.
- ✓ Alimentação e bebidas por conta do sócio.



SORTEIO: 03/11/2026 • TERÇA-FEIRA



É necessário assinar Termo de Responsabilidade por danos ou prejuízos causados pelo convidado durante a estadia.



RESERVAS EM DEZEMBRO

Em dezembro, as reservas para a colônia somente poderão permanecer com saída até 21/12/2026. O funcionamento normal retoma em 23/12/2026, devido à organização das festas de Natal e Ano Novo.

Faça sua inscrição e participe!

Confira as condições de cada período.

Participe e boa sorte!

O SIPESP também está no seu celular!

SIPESP+

Mais praticidade para
o seu dia a dia.



CARTEIRINHA DIGITAL

Sua identificação de
associado sempre à mão.



AVISOS E NOTIFICAÇÕES

Acompanhe as informações
do Sindicato.



BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Confira vantagens
para os associados.



Conheça o aplicativo SIPESP+

Para orientações de acesso, entre em contato com o Sindicato.

sipesp.org.br